

Nossos valores valem cada vez mais.

Banco do Estado de Sergipe S/A
Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa
CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe

PALAVRA DA PRESIDENTE

Ao longo de sua trajetória, o Banese cresceu, modernizou-se, transpôs ciclos econômicos e políticos, viveu trocas de moedas e se adaptou às diversas reestruturações do Sistema Financeiro Nacional. Sempre respaldado com credibilidade, responsabilidade corporativa e dedicação de um qualificado quadro funcional, a instituição tem alcançado grandes conquistas.

O patrimônio líquido da instituição em 2006 era de R\$ 74 milhões e, atualmente, está em R\$ 238 milhões, em face da incorporação de parte dos lucros acumulados de 2007 a 2011, em um crescimento de 222% no período. Em maio deste ano, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou o aumento de capital social de R\$ 101 milhões para R\$ 160 milhões, pela incorporação de reservas estatutárias. O último aumento de capital do Banco ocorreu em 1999, por ocasião do Proes - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - numa situação atípica de salvamento da instituição, via endividamento do Estado junto à União.

Mais forte, o Banese direciona grande parte de seus recursos para suprir a demanda por empréstimos e financiamentos, especialmente à pessoa física e à micro, pequena e média empresa.

Sendo assim, somente uma instituição sólida e rentável tem capacidade de trabalhar como instrumento de desenvolvimento socioeconômico nos mercados onde atua.

Ao gerar bons resultados e trabalhar com eficiência à luz das melhores práticas do mercado, o Banese cumpre a função social e retribui todo o prestígio e a confiança depositada pelos seus milhares de clientes.

Os reconhecimentos nas áreas de Tecnologia, Responsabilidade Socioambiental, Controles Administrativos e Operacionais são a afirmação de cada passo, decisivo para superar com alvêz os novos desafios, firmando a solidez construída com comprometimento e inovação.

Para os próximos anos, a Instituição continuará com o nosso foco estratégico para o crescimento sustentável, agregando valor e buscando excelência operacional na realização dos seus negócios. Estamos atentos às oportunidades alinhadas à nossa estratégia e confiantes na tendência de crescimento da demanda de produtos e serviços bancários. Apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado de Sergipe S.A, relativos ao primeiro semestre do ano de 2012, elaborados em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Vera Lúcia de Oliveira - Presidente

PANORAMA ECONÔMICO

A economia nacional se apresenta em desaceleramento da atividade desde o segundo semestre do ano passado, em meio a um cenário econômico internacional deteriorado, sem perspectivas de melhorias em curto prazo. Buscando a retomada do crescimento econômico, as autoridades monetárias empreenderam, no primeiro semestre de 2012, uma política que ampliasse o poder de consumo das famílias e desonerasse os setores produtivos. Para isso, o Banco Central do Brasil tem reduzido continuamente a taxa básica de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), aliado à política de reduções da tributação em setores produtivos nacionais, quando se amplia o ônus para importações, mais precisamente o setor automotivo.

Em um contexto de redução de taxas de juros, dos spreads e de expectativa de crescimento da inadimplência por causa do endividamento das famílias, as Instituições Bancárias se defrontam com um grande desafio de ampliação dos volumes de aplicação em crédito, conjuntura que aquece ainda mais a concorrência entre as instituições na busca por ampliar a base de seus clientes.

Para conter outros impactos negativos sobre a atividade econômica, o governo anunciou estímulos ao longo do mês de junho de 2012, entre os quais: a liberação de recursos provenientes do BNDES, objetivando destravar obras de infraestrutura em Estados e Municípios; a queda da TJLP de 6,0% para 5,5% ao ano; e relaxamento dos depósitos compulsórios, com o intuito de melhorar o funding para o crédito agrícola. Ainda nesse sentido, existe a possibilidade de postergação da vigência do IPI reduzido que incide sobre os bens de consumo duráveis.

A preocupação central do mercado tem sido a desaceleração pronunciada dos investimentos e, conseqüentemente, a possibilidade de redução brusca do PIB no 2º semestre de 2012. De acordo com dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a economia poderá crescer apenas 2% na média de 2012 ou até menos.

No âmbito sergipano, o Estado se apresenta num processo de redução do déficit da balança comercial, um percentual de 64% menor que em 2011. Já no comércio varejista, percebe-se um crescimento de 1,56 p.p no volume de vendas em relação ao ano anterior, número que reflete a criação de postos de trabalho, segundo dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - que registrou no acumulado do ano 6,1% de crescimento.

O estoque de operações de crédito de Sergipe atingiu R\$ 11.325 milhões, alta de 4% em relação a 2011. Entretanto, o índice de inadimplência no mesmo período atingiu a marca de 3,9%, inferior aos 5,8% do Brasil.

A partir do cenário apresentado, de extrema competitividade, o Banco se encontra sólido, vigoroso e preparado para enfrentar os novos desafios. Nesse sentido, continuará avançando no crescimento de suas operações, de forma prudente e sustentável, visando sempre ao retorno esperado e ao fomento econômico do Estado.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Diante do panorama econômico em que está inserido, no primeiro semestre de 2012, o Banese reviu suas metas estratégicas relativas ao período de 2012/2015, de maneira a estabelecer novas diretrizes de futuro, contemplando desde o ambiente nacional, até as perspectivas de negócios da Instituição. Foi desenvolvido diagnóstico do ambiente interno e externo, o que possibilitou a revisão da sua matriz estratégica.

Embora análises de mercado especulem um cenário de competitividade acirrada, alto índice de endividamento das pessoas e inadimplência crescente, o Banese acredita que conseguirá atingir suas metas estratégicas, por meio do direcionamento de esforços no sentido de expandir sua base de clientes, ampliar o portfólio de produtos e serviços na rede eletrônica, fortalecer as relações comerciais com os setores público e privado, além de priorizar o apoio à força de vendas.

Como parte da viabilização desses propósitos se encontram em andamento projetos que aprimoram processos, capacitam colaboradores e criam plataforma de rede para ampliar as possibilidades de disponibilização de produtos e serviços nos mais diversos canais de atendimento.

O Banese vem alcançando seus principais objetivos refletidos nos indicadores que avaliam a gestão estratégica, sob a ótica das seguintes perspectivas:

Sociedade - o Banese participou com uma oferta de crédito na ordem de 2,6% para a formação do PIB sergipano e, portanto, para o desenvolvimento econômico do Estado.

Financeira - o fortalecimento do seu patrimônio líquido nos últimos exercícios.

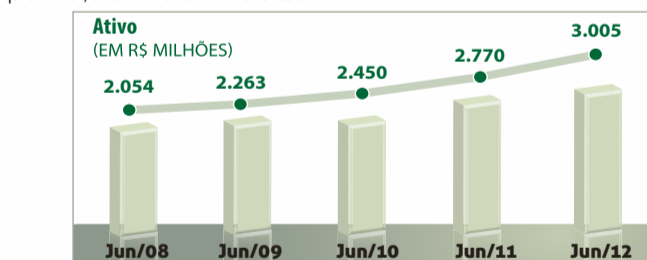
Mercado - a participação do Banese no mercado de captação de Sergipe foi 31% e, no crédito, atingiu 23%, o que demonstra forte presença e importância no crescimento e movimentação da renda do Estado.

Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento - proporcionaram o alcance dos objetivos estratégicos, substanciados em projetos estruturadores que garantem a movimentação da organização na direção da estratégia. A remodelagem de processos e a reestruturação do modelo de negócios, associadas à inovação tecnológica, continuam sendo prioridades por serem pilares indispensáveis para o segmento bancário.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL CONSOLIDADA

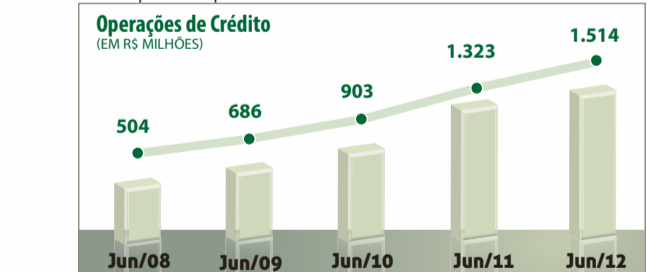
ATIVO

O desempenho dos Ativos do Consolidado Banese decorre de uma gestão comprometida com a execução das ações do planejamento estratégico. Dessa forma, os Ativos alcançaram a marca de R\$ 3.005 milhões, representando um crescimento de 8% em relação ao saldo de R\$ 2.770 milhões ao final de junho de 2011. Na comparação com os últimos quatro anos¹, o crescimento verificado é de 46%.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

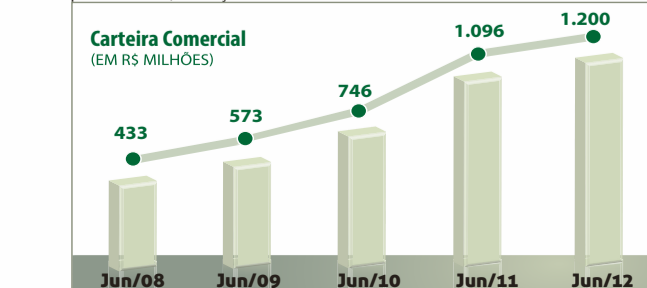
O Banese apresentou um crescimento de 14% em seu saldo de Operações de Crédito, quando comparado ao mesmo período de 2011, atingindo a marca de R\$ 1.514 milhões. Na comparação com o final de junho de 2008, o crescimento observado é de 200%. Essa evolução continua advém da otimização dos canais de atendimento, facilitando o acesso ao crédito através de um portfólio de produtos atrativos.



A Carteira Comercial representa o maior volume em operações de crédito, participando em 79% do total. Já a Carteira de Desenvolvimento tem apresentado cada vez maior importância dentro das operações de crédito do Banese, representando 21% no final do primeiro semestre de 2012.

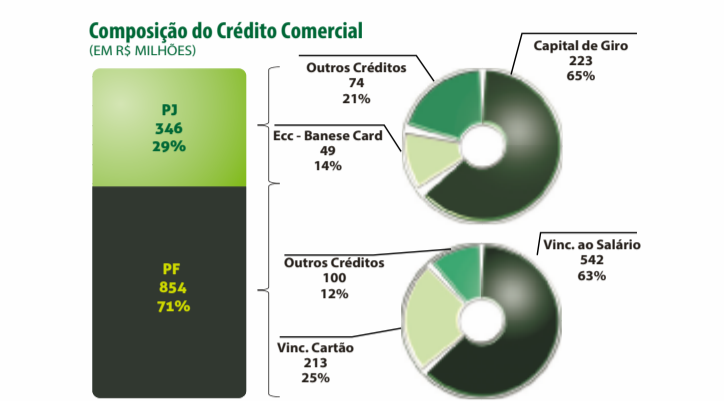


Nesse primeiro semestre, a Carteira Comercial apresentou crescimento de 9% em doze meses, tendo alcançado um saldo de R\$ 1.200 milhões, o que a torna a mais expressiva em volume na composição do crédito do Banese. Comparado ao mesmo período de 2008, a elevação é de 177%.

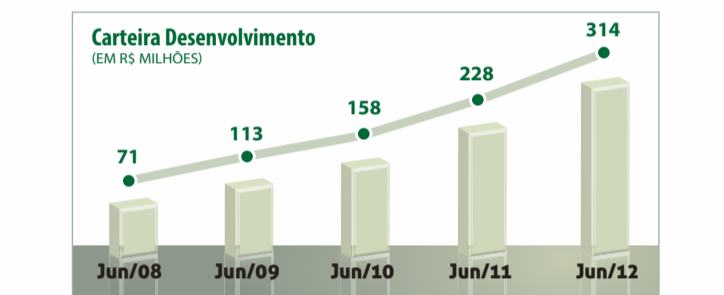


No montante da Carteira Comercial foram direcionados, através de seus produtos, os volumes de R\$ 346 milhões, 1 Nos anos de 2008 e 2009 não havia consolidação das demonstrações financeiras.

correspondente a 29% para o segmento empresarial, e de R\$ 854 milhões, representando 71% para o segmento de pessoa física. O crédito para capital de giro, direcionado à pessoa jurídica, apresentou o volume de R\$ 223 milhões, correspondendo a 65% do crédito a esse tipo de segmento. Os créditos vinculados ao salário representam 63% das aplicações em pessoas físicas, alcançando a cifra de R\$ 542 milhões.



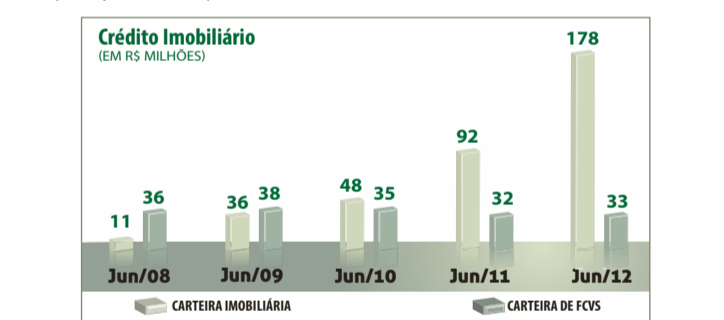
Ao registrar um crescimento de 38% em relação a junho de 2011, a Carteira de Desenvolvimento atingiu o saldo aplicado de R\$ 314 milhões em junho de 2012. Ao considerar a evolução em quatro anos, foi verificado crescimento de 342%. Aqui, revela-se o compromisso do Banese enquanto Instituição Financeira Oficial que contribui para o fomento econômico do Estado de Sergipe, através do incentivo aos mais diversos empreendedores, além de se aliar às políticas públicas de habitação por meio do crédito imobiliário.



A Carteira de Desenvolvimento é composta por aplicações em Crédito Industrial (21%), Rural (22%) e Imobiliário (57%), conforme se observa no gráfico seguinte.



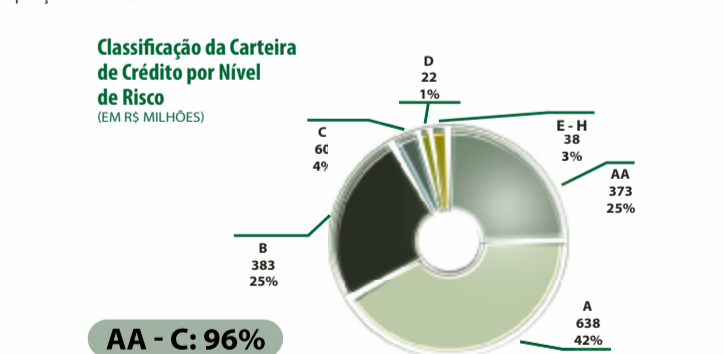
O Crédito Imobiliário tem apresentado um crescimento pujante, como pode ser visto no gráfico seguinte. Em junho de 2012, observou-se um crescimento expressivo de 93%, alcançando a marca de R\$ 178 milhões ante R\$ 92 milhões do período equivalente em 2011. Quando comparado à evolução de quatro anos, observa-se uma variação de 1.518%. Os números representam aplicações direcionadas ao desenvolvimento habitacional, tanto para o segmento de pessoa jurídica, financiamento de empreendimentos imobiliários, quanto para aquisição da casa própria para o segmento de pessoa física. O Banco possui ainda a Carteira de Financiamentos com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) que, em junho de 2012, apresentou saldo de R\$ 33 milhões.



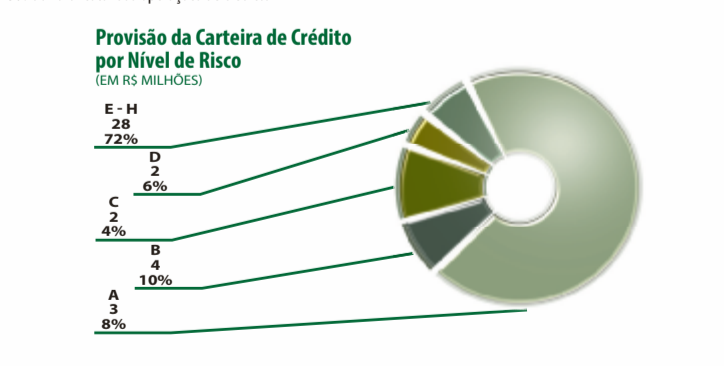
POLÍTICA DE CRÉDITO

O Banese adota uma Política de Crédito respaldada na qualidade e liquidez das aplicações dos seus ativos. Mediante uma estrutura baseada em alçadas e Comitês específicos, aliada a sistemas especialistas de Credit Scoring, assegura-se a promoção de negócios rentáveis para o Banco em associação com a mitigação de riscos.

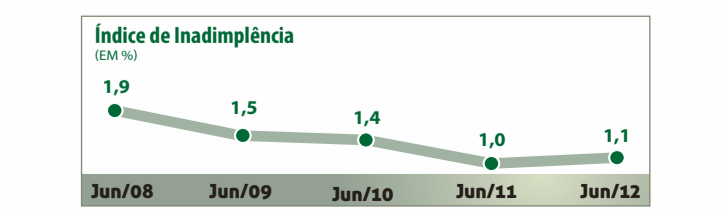
Ao concentrar suas operações em 96% entre os níveis de risco de "AA" a "C", o Banese apresenta uma carteira de crédito que busca mitigar sua exposição a riscos, com critérios de qualidade e seletividade preconizados na Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), onde se estabelecem critérios para classificação e provisionamento de operações de crédito.



AA - C: 96%

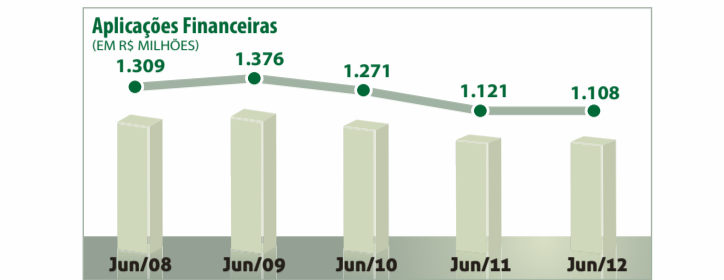


O Banese demonstra a qualidade de sua carteira de crédito quando se observa o nível de inadimplência de suas operações, que, ao final de junho de 2012, apresentou um índice de 1,1%. Mesmo com uma ligeira elevação de 0,1 p.p. em relação a junho de 2011, o indicador se encontra abaixo do Sistema Financeiro Nacional, que registrou 5,8% para o período correspondente neste ano.

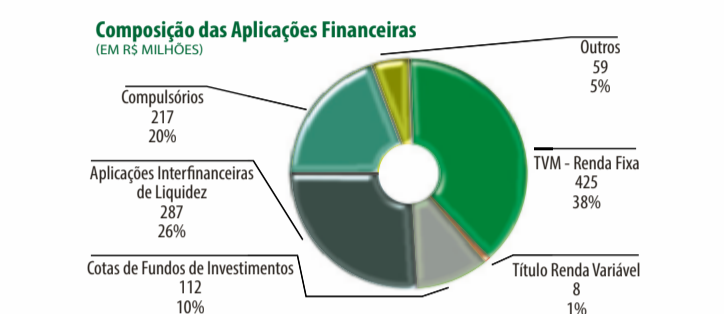


APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ao final de junho de 2012, as aplicações financeiras apresentaram ligeira variação, ao se apurar um saldo de R\$ 1.108 milhões, o que representa uma redução de 1% em relação a junho de 2011. Destaca-se que a redução das aplicações financeiras reflete a estratégia do Banco em priorizar a alocação de recursos na carteira de crédito.



Na composição dos investimentos em aplicações financeiras, destacam-se os Títulos de Valores Mobiliários (TVM), correspondentes a 38% do montante aplicado; as aplicações interfinanceiras de liquidez que equivalem a 26%; os recursos de compulsórios que representam 20%.



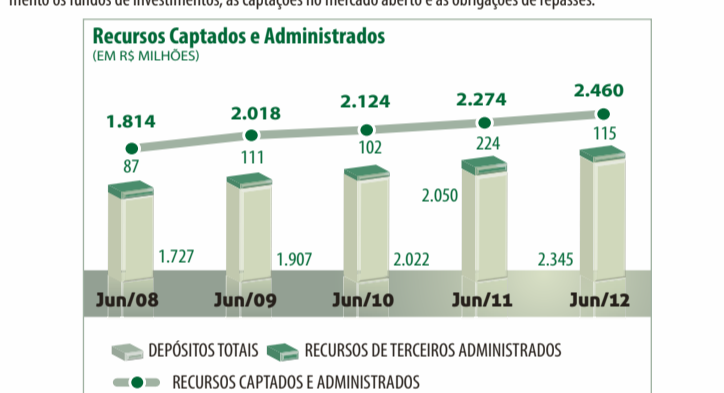
O fluxo de caixa projetado para fins de classificação da Carteira de Títulos de Valores Mobiliários, em cumprimento à Circular nº 3.068 de 8/11/2001 do Banco Central, demonstra que os recursos livres existentes são suficientes para o cumprimento das obrigações da Instituição, sem a necessidade de venda dos "Títulos Mantidos até o Vencimento". Assim, a Administração do Banese declara intenção de mantê-los nessa categoria até o prazo final em função de sua capacidade financeira.

RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

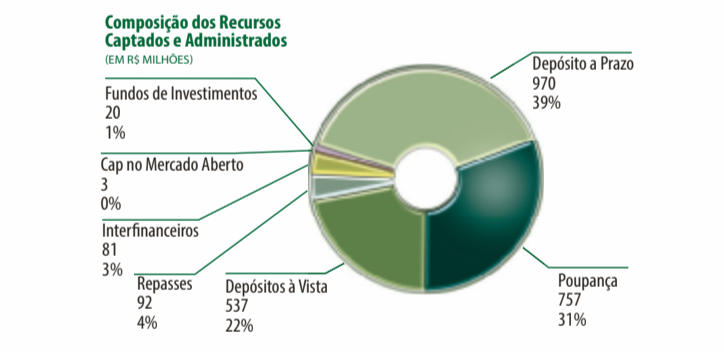
Os depósitos totais e os recursos de terceiros administrados constituem os recursos captados e administrados do Consolidado Banese². Considerando o saldo apresentado em junho de 2011, no valor de R\$ 2.274 milhões, o Banese evoluiu em 8%, atingindo a cifra de R\$ 2.460 milhões no final do primeiro semestre de 2012.

Finalizado junho de 2012, os depósitos totais apresentaram um saldo de R\$ 2.345 milhões, representando avanço de 6% em relação ao mesmo período correspondente em 2011, quando seu volume registrado era R\$ 2.214 milhões. Os depósitos remunerados através dos seus principais produtos, depósitos a prazo e poupança, apresentaram crescimento de 10% e 6%, respectivamente.

Os recursos de terceiros administrados totalizaram R\$ 115 milhões ao final de junho de 2012. Compõem esse grupo os fundos de investimentos, as captações no mercado aberto e as obrigações de repasses.



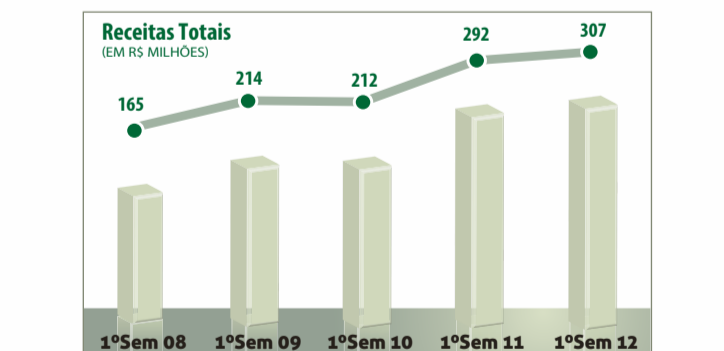
O depósito a prazo é uma das formas de captação mais expressiva do Banese, dado o saldo de R\$ 970 milhões, no fim do primeiro semestre de 2012, representando 39% de toda a captação. A poupança aponta com um volume final de R\$ 757 milhões, correspondendo a 31% da totalidade dos recursos captados. Destacam-se outras captações como os depósitos à vista, representando 22% do total, além dos depósitos interfinanceiros, participando em 3% dos recursos totais.



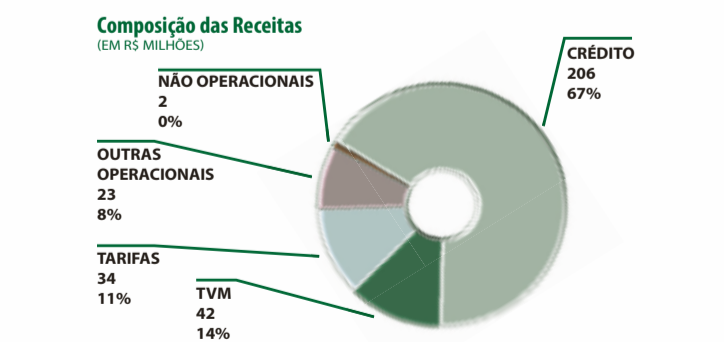
EVOLUÇÃO DO RESULTADO

RECEITAS E DESPESAS

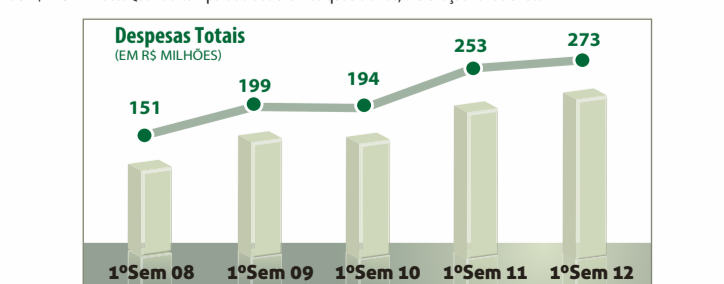
As Receitas Totais no primeiro semestre de 2012 apresentaram crescimento de 5% em relação à primeira metade do ano de 2011, atingindo a cifra de R\$ 307 milhões. Quando comparado ao mesmo período de 2008, o aumento da receita foi de 86%.



No primeiro semestre de 2012, as receitas de operações de crédito representaram parte significativa no total das receitas, somando R\$ 206 milhões, equivalente a 67% do total. As aplicações em Títulos de Valores Mobiliários - TVM totalizaram R\$ 42 milhões, representando 14% do montante. As tarifas somaram R\$ 34 milhões, 11% do total de receitas. As demais receitas estão distribuídas em Outras Operacionais e Não Operacionais, no valor de R\$ 23 milhões e R\$ 2 milhões, respectivamente.



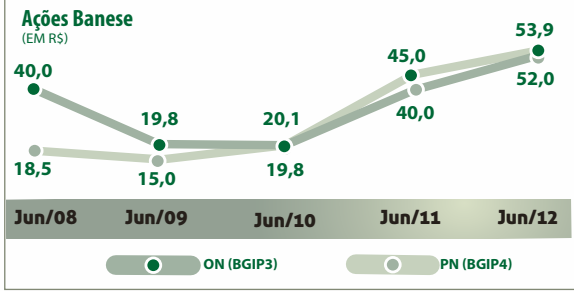
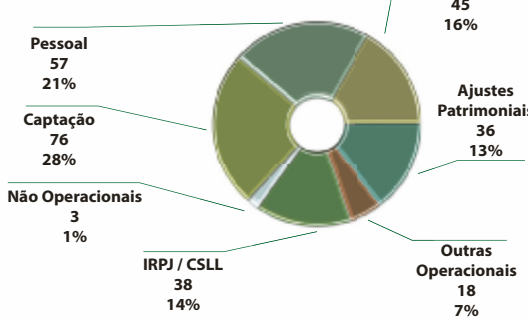
As despesas totais apresentaram crescimento de 8% em relação à primeira metade do ano de 2011, atingindo a cifra de R\$ 273 milhões. Quando comparado aos últimos quatro anos, a elevação foi de 81%.



No primeiro semestre de 2012, as despesas de captação somaram R\$ 76 milhões, o equivalente a 28% do seu total. As despesas de pessoal alcançaram R\$ 57 milhões, o que representam 21% das despesas totais. As despesas administrativas somaram R\$ 45 milhões, 16% do total. Os tributos e contribuições registraram o montante de R\$ 38 milhões, o que equivalem a 14%. Os Ajustes Patrimoniais, Outras Operacionais e Não Operacionais correspondem a 13%, 7% e 1%, respectivamente.

2 Nos anos de 2008 e 2009 não havia consolidação das demonstrações financeiras.

Composição das Despesas



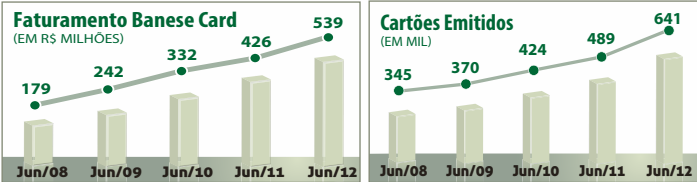
PRODUTOS E SERVIÇOS

O Banese possui um portfólio de produtos e serviços que tem como propósito fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades dos seus clientes. Entre o seu segmento de atuação, apresentamos o cartão de crédito Banese Card, os serviços da Corretora de Seguros, os produtos financeiros juntos a empresas parceiras e as soluções em crédito para as pessoas físicas, bem como para as pequenas e médias empresas.

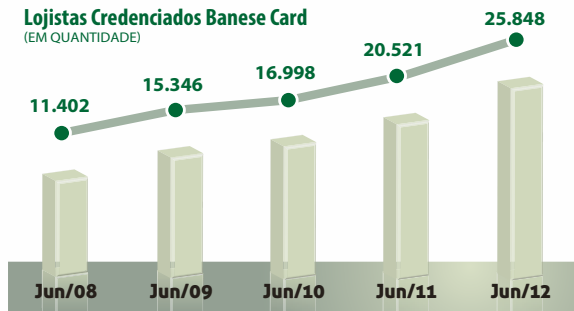
BANESE CARD

O Banese Card é o cartão de crédito do Banese, sendo administrado pela Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda (Seac). Apresenta inúmeras vantagens aos seus clientes, tais como parcelamento sem juros, isenção de tarifas ou anuidade e, ainda, um plano de recompensas com acúmulo de pontos e posterior resgate de prêmios, sob a forma de amortização ou lançamento a crédito na fatura.

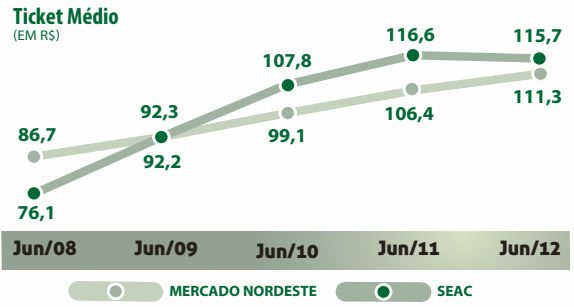
Desde sua criação, em 2000, está em pleno processo de expansão, tendo se tornado o cartão de crédito mais aceito no mercado sergipano, bem como estando presente nos Estados de Alagoas, Bahia e Paraíba. No primeiro semestre de 2012, o Cartão apresentou uma movimentação financeira de R\$ 539 milhões, um crescimento de 27% em relação ao primeiro semestre de 2011 e de 201% em relação ao mesmo período de 2008. Atualmente, dispõe de uma base de 641 mil clientes, 31% a mais em relação à igual período de 2011, e 86% em relação a 2008.



O Banese Card possui uma expressiva aceitação no mercado nordestino, não somente junto aos seus clientes, mas também aos lojistas. Em junho de 2012, contava com 25.848 estabelecimentos credenciados, um crescimento de 127% em relação a junho de 2008 e de 26% em relação a 2011, quando se tinha 20.521 lojistas.

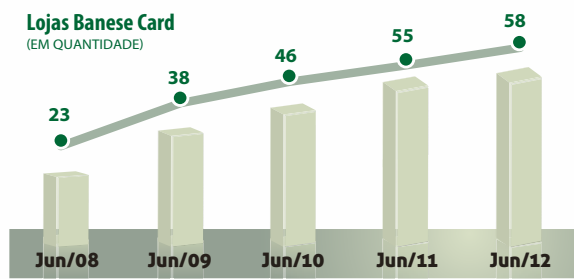


O ticket médio do Banese Card, compreendido como a razão entre o valor total vendido e o número de vendas realizadas, foi de R\$ 115,7 no primeiro semestre de 2012. No mesmo período, a região Nordeste registrou um ticket médio de R\$111,3³. O gráfico abaixo demonstra que nos últimos três anos, o Banese Card vem apresentando um desempenho superior quando comparado com a região, o que comprova sua força nos mercados onde atua.



Em conformidade com a Resolução CMN 3.954/2011, o Banese Card oferece ainda soluções enquanto Correspondente no País, na prestação dos seguintes serviços:

- Recebimento de propostas de adesão ao Banese Card;
 - Recebimento de propostas de Microcrédito;
 - Recebimento de propostas de abertura de contas correntes;
 - Realização de saques e consultas de saldos bancários;
 - Pagamento de títulos, DUA/Detran, água, energia, telefone, guias de recolhimento, demais taxas e tributos.
- Atualmente, existem 58 Lojas e Pontos Banese Card em Sergipe, Bahia, Alagoas e Paraíba. Através desses correspondentes, o Banese ultrapassa os limites do Estado, valendo-se de uma estratégia utilizada como forma de ampliar a carteira de clientes e expandir os negócios.

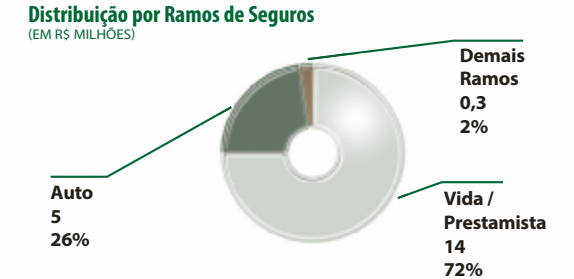


BANESE CORRETORA DE SEGUROS

A Banese Administradora e Corretora de Seguros tem como objetivo principal oferecer soluções de seguros, a partir das parcerias com as melhores Companhias Seguradoras existentes no mercado. Entre seus produtos, destacam-se os seguros: Vida, Vida Prestamista, Auto, Residencial, Condomínios, Garantia, Empresarial.

A Corretora dispõe de uma equipe de atendimento que atua junto a todos os canais de atendimento Banese, visando a auxiliar na prospecção e contratação de seguros nos diversos ramos, como também oferecendo consultoria técnica junto aos segurados, de maneira a garantir aquisição de serviços adequados ao perfil de risco de cada cliente, com economia e segurança no negócio.

No primeiro semestre de 2012, a Corretora negociou um volume de R\$ 19 milhões, um crescimento de 19% em relação ao mesmo período de 2011. O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos prêmios de seguros, em relação aos principais ramos negociados em 2012.



A Receita Operacional da Banese Corretora de Seguros, no primeiro semestre de 2012, foi R\$ 5 milhões, enquanto que no acumulado dos seis primeiros meses de 2011 foi R\$ 4 milhões, uma evolução de 25%.

PREVIDÊNCIA, CAPITALIZAÇÃO E CONSÓRCIO

No seu portfólio de produtos e serviços, o Banese disponibiliza também planos de previdência complementar, títulos de capitalização e consórcio residencial e de automóveis, por meio de uma parceria de sucesso com as empresas Icatu Seguros, Mapfre e Lyscar.

No primeiro semestre de 2012, foram disponibilizados mais dois produtos junto à Icatu, o "Banese Capitalização Premium", título de capitalização de pagamento único, tendo como diferencial o retorno de todo o capital investido, mais um bônus do percentual do título aplicado em renda variável. O segundo produto, o "Banese Capitalização Mais Prêmios", trata-se de outro título de capitalização, cujo diferencial é o prazo de contribuição de apenas 36 meses.

SOLUÇÕES EM CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS

Para atender as demandas de crédito do segmento de pessoa física, o Banese oferece soluções mediante produtos estruturados de acordo com a natureza do mutuário. Esse portfólio compreende principalmente os créditos vinculados ao recebimento de salário ou de benefício do INSS em conta corrente, crédito em consignação, limites de crédito em conta corrente e antecipação de Imposto de Renda ou de 13º salário. Ainda dentro do seu portfólio de produtos, destacam-se o Microcrédito Banese, uma modalidade de crédito direcionada ao financiamento das necessidades dos empreendedores, e o Credi-Invest Banese, linha de crédito destinada ao financiamento do capital de giro e investimentos das pessoas físicas. Atuando de forma a acompanhar as inovações do mercado bancário, além de preservar a vantagem competitiva frente a seus concorrentes, o Banese oferece a solução Credi-Rápido, modalidade de empréstimo pessoal disponibilizada nos seus canais de autoatendimento para os clientes pessoas físicas que recebem salário em conta corrente.

SOLUÇÕES EM CRÉDITO PARA PESSOAS JURÍDICAS

Para as pessoas jurídicas, o Banese reservou linhas de crédito que vão do financiamento de capital de giro, antecipação de recebíveis do Banese Card, antecipação de recebíveis empresariais, desconto de títulos, até o cheque empresarial. Vale destacar, dentro da modalidade de antecipação de recebíveis, o Credi Compras Governamentais, produto destinado às micro e pequenas empresas vencedoras de licitações públicas do Governo do Estado, criando condições mais favoráveis para execução de seus contratos junto à administração pública. A ampliação da competitividade das empresas desse porte tem permitido maior êxito nos processos licitatórios por causa da existência dessa linha de crédito.

RELACIONAMENTO COM O SETOR PÚBLICO

Além dos produtos e serviços disponibilizados aos clientes, no 1º semestre de 2012, o Banese procurou estreitar cada vez mais o relacionamento com o governo, por meio de ações desenvolvidas junto aos órgãos públicos, com o objetivo de alavancar seus negócios e oferecer mais serviços e benefícios aos servidores estaduais e municipais. Entre as parcerias atuais, destacam-se os seguintes convênios:

- INSS – Convênio para Concessão de Empréstimos em Consignação junto aos Beneficiários e Pensionistas do INSS.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Convênio à Concessão de Empréstimos em Consignação junto aos Funcionários Públicos Federais.
- FNDE – Convênio para Recebimento de Recursos Federais, referente aos Repasses das Quotas Municipais e do Estado de Sergipe e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Nos níveis estadual e municipal, o Banese firmou as seguintes parcerias, visando o estreitamento com o setor público:

- Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (Seides) no Programa Mão Amiga, que beneficia trabalhadores das culturas da laranja e cana-de-açúcar no período de entressafra, mitigando os efeitos decorrentes do desemprego sazonal, por meio da inclusão bancária.
- Seides, no Projeto Feiras da Agricultura Familiar, com o propósito de disponibilizar linhas de crédito aos trabalhadores rurais, para que estes possam comercializar seus produtos diretamente junto aos clientes, sem necessidade do papel de intermediários.
- Prefeitura Municipal de Aracaju, em que os participantes dos cursos profissionalizantes da Fundação Municipal do Trabalho (Fundat) recebem recursos do Microcrédito Banese, uma linha de crédito com valores diferenciados para micro e pequenos empreendedores que necessitam crescer, investir e gerar mais emprego e renda.
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec) na formalização de trabalhadores informais, transformando-os em empreendedores individuais, por meio da liberação de financiamentos da linha de Microcrédito.
- Cerâmica Vermelha, objetivando a construção de fornos e aquisição de filtros para as indústrias cerâmicas, proporcionando a adequação às normas ambientais exigidas pelo poder público.

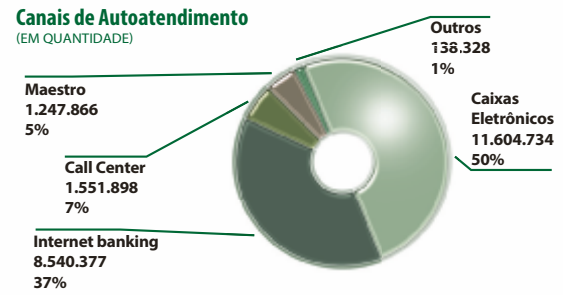
O Banco tem ampliado seus serviços para os servidores públicos, seus principais clientes, oferecendo alternativas de crédito com taxas diferenciadas e prazos especiais. Através do projeto "Banese em Ação", criado em abril de 2010, tem levado seus produtos e serviços para as Secretarias e demais órgãos públicos do Estado e Municípios. Além dos serviços disponibilizados, a interação favorece o esclarecimento de dúvidas e o estreitamento das relações com os servidores, principalmente no cenário atual de vigência da portabilidade bancária.

CANAIS DE ATENDIMENTO

O Banco possui uma ampla rede de atendimento, estando presente em todos os municípios sergipanos por meio dos seus 827 pontos de atendimento,

- 61 Agências, sendo 18 na Capital e 43 no Interior do Estado, representando 32% do total de agências bancárias em Sergipe;
- 11 Postos de Serviços na Capital;
- 320 Pontos Banese (Correspondentes no País);
- 435 Caixas Eletrônicas;
- Internet Banking;
- Celular Banking;
- Call Center;
- Redes compartilhadas: Rede Verde-Amarela, Banco 24 Horas, Mastercard Maestro (função débito), Mastercard Maestro Cirrus (função débito internacional).

No primeiro semestre de 2012, os canais de autoatendimento do Banese realizaram uma movimentação financeira de R\$ 3.396 milhões, distribuídos num total de 23 milhões de transações, conforme se observa no gráfico seguinte, que representa seus principais canais.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança do Banese compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, conforme descrito a seguir:

O Conselho de Administração é um dos órgãos da Administração Geral e tem por finalidade fixar os objetivos e a política do Banco, sendo composto por membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é o órgão da Administração Geral com a função de fiscalizar os demais órgãos da administração, em relação às suas contas e regularidade dos atos da gestão. Funciona de modo permanente e é constituído por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é responsável pela realização dos objetivos sociais e de gestão do Banese, sendo composta pela Presidência e quatro Diretorias: Crédito Comercial – Dicom; Desenvolvimento – Dides; Finanças e Relações com Investidores – Difir; Administrativa e de Tecnologia – Dirat.

POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Banco do Estado de Sergipe S.A. é uma companhia aberta e se preocupa em assegurar elevados padrões de transparência e equidade de tratamento com os investidores e com o mercado de capitais em geral.

Visando atender à Instrução CVM nº 358/2002, o Banese tem consultado em seus normativos a Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e a Política de Negociação com Valores Mobiliários, que se fundamentam nos princípios básicos da obediência à legislação específica, à regulamentação da CVM e outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros aos quais esteja sujeito: aderência às melhores práticas com investidores; transparência e equidade de tratamento com investidores e mercado de capitais em geral.

Atento à necessidade de aprimorar seu relacionamento com todos os públicos, o Banese busca, continuamente, adicionar o máximo de valor possível à Política de Relações com Investidores, ao mesmo tempo em que disponibiliza todas as informações necessárias à sociedade, acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos reguladores e demais partes interessadas, através de sua página na internet: www.banese.com.br.

Os atos da administração do Banese estão disponíveis em www.banese.com.br, através da publicação das Assembleias Gerais, Reuniões do Conselho de Administração e Fiscal, Formulários da CVM, Comunicados e Fatos Relevantes, como também as devidas Homologações do Bacen aos atos administrativos que carecem de aprovação. Além das informações exigidas pelos órgãos reguladores, o Banese reconhece a importância de prestar publicidade a todos os fatos de interesse do mercado:

- Aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da proposta de aumento do Capital Social em R\$ 59,1 milhões, com recursos das Reservas Estatutárias para Margem Operacional. Não houve emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 101 milhões para R\$ 160 milhões.
- Eleição dos novos componentes da Diretoria Executiva do Banco, a saber, Presidência, Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores e Diretoria Administrativa e de Tecnologia.
- Eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- Aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da proposta de alteração na estrutura organizacional do Banco, através de novo organograma.
- Mudança da Auditoria Externa, passando a ser a Ernst & Young Terco.
- Aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da proposta de criação do Comitê de Remuneração dos Administradores, em atendimento à Resolução CMN 392/2010.
- Criação da Estrutura de Gerenciamento de Capital de acordo com a Resolução CMN 3988/2011, no tocante à definição da Política de Gerenciamento de Capital, Núcleo Técnico de Gerenciamento de Capital e Comitê de Planejamento de Capital.

AGÊNCIAS DE RATING

O Banese é classificado por agências de Rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração.

No 1º semestre de 2012, a agência Fitch revisou de "Estável" para "Positiva" sua Perspectiva do Rating Nacional de Longo Prazo. A revisão da Perspectiva reflete a expectativa da agência de que o resultado operacional do Banco deve continuar se comparando de forma favorável em relação aos de pares com ratings nacionais em uma categoria superior, mesmo diante de um cenário de maior inadimplência em 2012 e de queda de spreads.

CLASSIFICAÇÃO DE AGÊNCIAS DE RATING

Fitch Rating		
Perspectiva Positiva	Escala Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo
	BBB+	F2
Austin Rating		
Perspectiva Estável	Escala Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo
	A-	A-2

OUIDORIA

A Ouvidoria Banese constitui-se num canal direto de comunicação do cliente com o Banco do Estado de Sergipe. Tem a missão de representar os interesses dos clientes e usuários dos produtos e serviços do Banco, quanto às suas reclamações, elogios, sugestões, dúvidas, informações e solicitações.

Sendo sensível às suas necessidades e com o intuito de aperfeiçoar e oferecer a seus clientes um atendimento cada vez melhor, por meio da Ouvidoria, o Banese tem o compromisso de melhorar continuamente seus produtos, prestação de serviços e canais de atendimento.

No primeiro semestre de 2012, o Banese registrou um total de 1.514 eventos classificados em elogios, sugestões, solicitações, reclamações e informações através dos canais: Internet, Alô Ouvidoria (0800 284 5757), pessoalmente na Ouvidoria Banese, correspondências, Banco Central do Brasil e Ouvidoria Geral do Estado de Sergipe.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

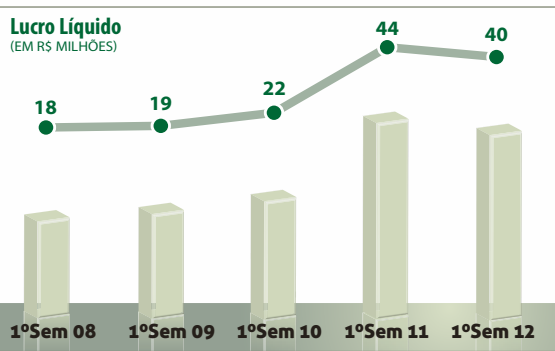
A Política de Controles Internos e Compliance do Banese é um conjunto de diretrizes globais, referenciadas nos termos estabelecidos pela Resolução CMN 2.554/1998 e pelo Acordo da Basileia, que disciplinam as atividades atinentes a controles para identificação, prevenção e monitoramento dos riscos inerentes aos negócios e atividades do Banco. No primeiro semestre de 2012, o Banese adotou os seguintes procedimentos relativos aos Controles Internos e Compliance:

- Criação de Grupos de Clientes e definição de novos parâmetros de monitoração para a Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, visando à compatibilização entre os valores envolvidos, à atividade econômica e à capacidade financeira do cliente.
- Curso de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e de Políticas e Normativos para os novos funcionários contratados no último concurso público.
- Instituição do Comitê de Tesouraria e do Comitê de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.
- Atualização de todas as políticas corporativas e do regimento do Comitê de Operações Financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

No primeiro semestre de 2012, o Banese auferiu lucro de R\$ 40 milhões, percentual 9% inferior em relação ao mesmo período de 2011. No decorrer dos últimos quatro anos, apresentou crescimento de 122%.

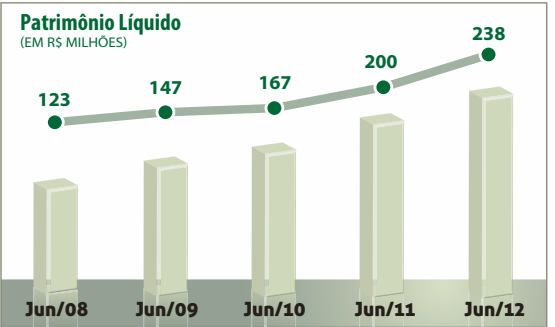
O Banco apresentou um resultado compatível com o objetivo de se estabelecer forte no mercado, com alto nível de competitividade. Nesse sentido, foram realizados investimentos para divulgação e fortalecimento da marca Banese, bem como na área de Tecnologia, através da modernização dos canais de atendimento, sistemas de negócios, de atendimento às agências, e de infraestrutura, que proporcionarão aos nossos clientes mais opções de serviços, comodidade e segurança.



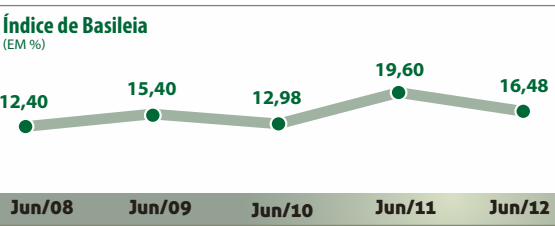
CAPITAL PRÓPRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

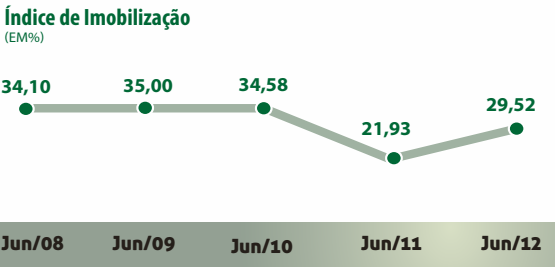
A importância do Patrimônio Líquido como elemento de sustentabilidade financeira é dada pela sua adoção como indicador para a gestão estratégica. Apresentando ascensão de 19% nesse primeiro semestre de 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior, o Patrimônio Líquido alcançou o patamar de R\$ 238 milhões. Comparando o saldo do primeiro semestre de 2012 em relação a junho de 2008, o crescimento é de 93%.



Conforme legislação em vigor, o Índice de Basileia representa a solvabilidade da organização medida pela relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ponderados aos riscos. O índice de solvabilidade do Banese Múltiplo foi de 15,46% quando o Consolidado foi de 16,48%.

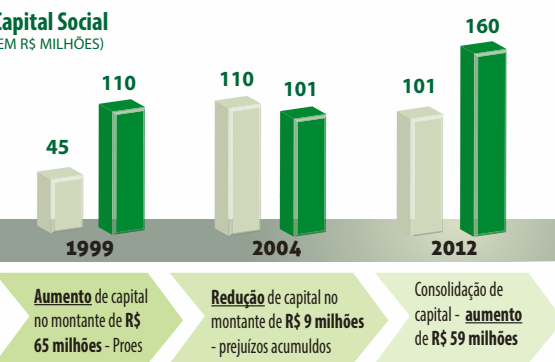


Para garantir adequados níveis de capital, no final de 2010, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas no valor original de R\$ 88 milhões. No primeiro semestre de 2012, o valor atualizado da Dívida se encontrava em R\$ 94 milhões. O Índice de Imobilização em relação ao PR foi de 29,52% em junho de 2012. Essa redução é decorrente do incremento no Ativo Permanente, em especial dos investimentos realizados em tecnologia. Ainda assim, o Banese está em conformidade com o índice máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.



CAPITAL SOCIAL

Com a finalidade de consolidar a base de capital necessária para sustentar a expansão dos negócios da Instituição, no primeiro semestre de 2012, o Capital Social do Banese foi ampliado em R\$ 59 milhões, mediante capitalização dos resultados produzidos pelo próprio Banco, passando de R\$ 101 milhões para R\$ 160 milhões, crescimento de 58%. Ressalta-se que o último aumento do capital do Banco tinha ocorrido em 1999, por ocasião do Proes, numa situação de anormalidade, assegurando sua solvência mediante compromisso de dívida do Estado junto à União.



AÇÕES BANESE

O Capital Social do Banese é composto por 10,5 mil cotas, divididas em partes iguais entre ordinárias e preferenciais. O Governo do Estado de Sergipe é o sócio majoritário do Banese, detendo 89,9% das ações totais.

ACIONISTAS	COTAS DE AÇÕES		%		TOTAL	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Governo do Estado de Sergipe	4.935.503	93,6%	4.537.564	86,1%	9.473.067	89,9%
Outros Acionistas	335.218	6,4%	733.157	13,9%	1.068.375	10,1%
TOTAL	5.270.721	100,0%	5.270.721	100,0%	10.541.442	100,0%

As ações negociáveis do Banese na Bovespa têm apresentado um alto desempenho ao se comparar com os resultados auferidos pelo Ibovespa. Nos últimos doze meses, esta acumulou uma queda de 12,9%, enquanto que as ações ON (BGIP3) tiveram uma valorização de 30,0%, estando cotadas a R\$ 52,0 por ação, e as ações PN (BGIP4) registraram um ganho de 19,8%, cotadas a R\$ 53,9 por ação.

AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna do Banese é responsável por garantir uma atuação preventiva nas atividades desenvolvidas pela Instituição, assegurando a correção de possíveis desvios e colaborando para a racionalização e segurança das atividades.

Nesse sentido, a Superintendência de Auditoria do Banese realizou no primeiro semestre de 2012 um total de 134 auditorias, entre trabalhos planejados e auditorias não programadas e especiais.

Além das atividades internas de auditoria, o Banese ainda atua como membro efetivo da Comissão de Auditoria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Subcomissão de Fraudes Documentais da Febraban.

AUDITORIA EXTERNA

Com relação à Auditoria Externa, no que se refere à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, IN nº 381/2003, de 14/1/2003, o Banco do Estado de Sergipe S.A. informa que, em consonância com o teor da Instrução nº 381, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Terco não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses dele.

CONTROLE INTEGRADO DE RISCOS

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos no Banese busca a identificação de eventos que interfiram diretamente nas estratégias de negócio formuladas a partir do planejamento estratégico, bem como na garantia da continuidade dos negócios e o retorno aos acionistas apesar das incertezas intrínsecas ao negócio. O esforço na busca do acompanhamento de novos instrumentos financeiros é contínuo para o acompanhamento da permanente evolução do mercado de capitais. Nesse processo, as práticas adotadas pelo Banco atendem aos requisitos estabelecidos pelo Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais normas complementares inerentes ao Sistema Financeiro Nacional. Destaca-se ainda a participação efetiva do Banco na Comissão de Gestão de Riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A estrutura de gerenciamento de riscos no Banese está vinculada ao Conselho de Administração, visando à garantia da segregação de interesses na gestão de riscos. Visando maior detalhamento, na página da Internet do Banese, www.banese.com.br, site Relações com Investidores no tópico Gestão de Riscos, encontram-se as informações da estrutura de gerenciamento de Riscos Corporativos.

GESTÃO DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução CMN 3.988/2011, foi modelado e implementado o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como do planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banese Consolidação está sujeito, considerando seus objetivos estratégicos. Para tanto, foi estruturada uma unidade administrativa responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

RISCO DE CRÉDITO

No Banese, o processo de concessão de crédito dispõe de um conjunto de normas e regras criteriosas e bem definidas, sustentadas pela boa técnica bancária. As referidas regras visam revestir de segurança as operações, funcionando como verdadeiro mitigador do risco de crédito. Esse processo está amparado nos critérios estabelecidos nas Políticas de Crédito e Risco de Crédito da Instituição e nas Normas de Produtos e Serviços, as quais definem, entre outros aspectos, a fixação dos limites máximos de aprovação para alçadas das agências.

As metodologias de avaliação de risco de crédito do Banese ponderam aspectos do risco do cliente e da operação e, no tocante às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios postados na Resolução CMN 2.682/1999, adotando posição mais conservadora na carteira comercial. A monitoração da carteira de crédito é realizada periodicamente atendendo ainda ao normatizado na Resolução CMN 3721/2009.

RISCO DE MERCADO

Para o gerenciamento das flutuações no valor presente dos ativos e passivos, decorrente de alterações no comportamento das taxas de juros, do preço das ações, do câmbio e das commodities, bem como da interação entre eles e suas respectivas volatilidades, o Banese utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativas internas.

Análises de sensibilidade são elaboradas pela gestão de riscos do Banese, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. Esses testes são realizados periodicamente, como podem também ser feitos tempestivamente, dada uma oscilação atípica no mercado ou mesmo por demanda.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos.

O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com sua Política de Risco de Liquidez e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN 2.804/2000. A unidade responsável emite relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado de nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado. A gestão do risco de liquidez do Banese utiliza os seguintes instrumentos:

- Projeções de Liquidez;
- Mapas de Descasamento de Prazos;
- Testes de Estresse;
- Limites de Risco de Liquidez (Buffer Stock);
- Limite Pré-Acionador do Plano de Contingência de Liquidez (PAPCO);
- Plano de Contingência de Liquidez;
- Relatórios mensais e semestrais de gerenciamento de risco.

RISCO OPERACIONAL

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem negativamente no desenvolvimento das atividades do Banco, é a definição de risco operacional adotada pelo Banese, conforme preceitua a Resolução CMN 3380/2006 e os Princípios do Acordo de Basileia II. A gestão do risco operacional possui um modelo interno próprio, com instrumentos normativos e ferramentas adequadas para garantir a redução dos eventos de perdas. O Banco ainda dispõe de Políticas, que visam propiciar um adequado ambiente de

identificação e avaliação dos riscos, onde estão claramente delineados os papéis e responsabilidades de cada empregado e unidades na gestão do risco operacional.

GESTÃO DE PROCESSOS

O mapeamento dos processos, além de configurar uma exigência do órgão regulador, é o ponto inicial para identificar os riscos, as interdependências nos relacionamentos entre as atividades e as oportunidades de melhorias nos processos de negócios. Com base nas informações obtidas, é possível analisar os processos críticos e estabelecer critérios para a melhoria contínua, assegurando controle e desempenho adequados a eles. Esse é um trabalho constante da Gestão de Processos: a revisão de qualidade nos processos mapeados e a disseminação da cultura de processos em nível organizacional.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

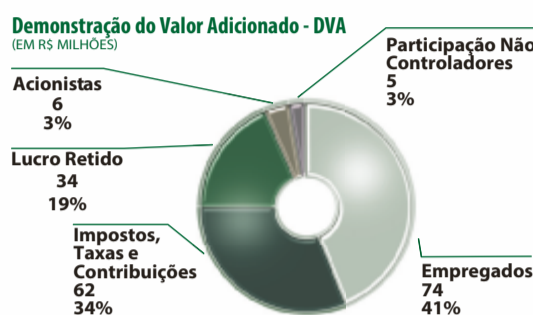
Com o objetivo de garantir níveis adequados de Segurança da Informação e Continuidade dos Negócios e contribuir na melhoria da segurança de operações e na implementação de práticas seguras, o Banese investe e desenvolve, através do seu programa de Segurança da Informação, um conjunto de iniciativas e projetos alinhados com seu planejamento estratégico, governança corporativa e padrões internacionais como a ISO 27001 e ABNT 15999.

Destacam-se as seguintes ações: coordenação de ações relacionadas à resposta de incidentes de segurança da informação; capacitações acerca da segurança da informação e continuidade dos negócios; Projeto Gestão de Identidades; revisão de perfis de acesso; aquisição e implantação de tecnologias para segurança de Internet; proteção de chaves de criptografia; revisão dos Planos de Contingência e realização de Testes de Continuidade Operacional para as Áreas de Negócio, em conformidade com a Resolução CMN 3.380/2006

ATIVOS INTANGÍVEIS

GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas do Banese compreendem sua principal força. Entre as destinações das riquezas geradas pelo Banco, evidencia-se a importância dos seus colaboradores ao reconhecer o volume financeiro aplicado em remuneração e benefícios. De acordo com a distribuição que está no gráfico Demonstrativo dos Valores Adicionados – DVA, aos empregados do Banco foi distribuído um percentual de 41%, no primeiro semestre de 2012.



O Banese dispunha de um quadro de pessoal de 1.101 empregados, 214 estagiários e 45 jovens aprendizes, no primeiro semestre de 2012. Em virtude da realização de concurso público para provimento de vagas em seu corpo funcional, foram contratados inicialmente 40 novos funcionários.

No tocante às ações de destaque no período dos seis últimos meses, o Banese deu início à concepção do seu Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). Interesse legítimo dos colaboradores, o plano tem o objetivo de agregar valor ao desenvolvimento da carreira dos seus profissionais, proporcionando reflexos na Política de Remuneração.

Benefícios aos Colaboradores

Em atenção à sua política de gestão de pessoas, o Banese investe continuamente na formação profissional de seus colaboradores. Nos seis primeiros meses de 2012, o Banco investiu R\$ 54 mil em cursos tecnológicos, de graduação, pós-graduação e língua estrangeira, aos funcionários contemplados pelo Programa de Incentivo à Formação Profissional.

No mesmo período, realizou investimentos de R\$ 103 mil no desenvolvimento de pessoas, sendo R\$ 91 mil em capacitações externas (inscrições e consultores externos) e de R\$ 12 mil em capacitações internas (pagamento de horas-auxílio a facilitadores internos).

Destacam-se os investimentos realizados na certificação em gerenciamento de projetos PMP®. Os demais investimentos foram distribuídos nas seguintes áreas de conhecimento: tecnologia da informação, licitações, gestão de processos (BPM), gestão estratégica e Balanced Scorecard, gestão de pessoas, gestão de riscos, direito bancário, contratos imobiliários, auditoria interna e compliance, impostos e contribuições, finanças corporativas.

O Banese dispõe do Programa de Incentivo à Atividade Física, em que compartilha o pagamento da mensalidade de quaisquer modalidades esportivas a todos os seus empregados. No primeiro semestre de 2012, foram investidos R\$ 36 mil no Programa, contemplando um total de 213 pessoas.

Case

Fundada em 1973, a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese é uma instituição de natureza assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade oferecer a seus beneficiários serviços de assistência médico-hospitalar associados a padrões éticos e qualitativos de excelência.

Tendo como missão "prestar assistência à saúde de seus usuários, mediante ações no âmbito da promoção, prevenção e recuperação, visando à melhoria da qualidade de vida", a Casse oferece atualmente cobertura médico-hospitalar e odontológica a 6.735 beneficiários, entre titulares exclusivamente empregados do Banco e seus dependentes. Através de sua contribuição patronal, no primeiro semestre de 2012 o Banese investiu R\$ 653 mil na saúde do trabalhador.

Sergus

O Instituto Banese de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar do Banco, sem fins lucrativos e constituída sob a forma de sociedade civil, tem a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Balanco Patrimonial - Em Reais mil			
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
ATIVO				
CIRCULANTE	2.215.919	1.638.920	2.256.887	1.649.702
RESPONSABILIDADES	73.158	53.397	73.166	53.402
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	286.895	167.433	286.895	167.433
Aplicações no Mercado Aberto	149.999	-	149.999	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	136.896	167.433	136.896	167.433
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	305.734	355.867	305.734	355.867
Carteira Própria	385.519	355.867	385.519	355.867
Vinculados à Prestação de Garantias	215	-	215	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	277.947	276.882	277.947	276.882
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.619	14.862	8.619	14.862
Cédulas Vinculadas	268.247	259.952	268.247	259.952
- Depósitos no Banco Central	286.497	258.408	286.497	258.408
- Conversíveis	131	38	131	38
- Tesouro Nacional – Recursos do Crédito Rural	1.619	1.506	1.619	1.506
Correspondentes	1.881	2.128	1.881	2.128
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	1.254.746	763.212	1.254.746	763.212
Operações de Crédito	1.290.455	791.406	1.290.455	791.406
- Setor Privado	1.290.455	791.406	1.290.455	791.406
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(35.709)	(28.194)	(35.709)	(28.194)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	15.346	21.419	15.346	21.419
Reservas a Receber	2.860	7.380	2.860	7.380
Diversos	12.186	14.042	12.186	14.042
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(13)	-	(13)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	2.293	710	2.362	776
Dados Valores e Bens	1.861	1.486	1.861	1.486
Provisões para Desvalorizações	-	(1.079)	-	(1.079)
Despesas Antecipadas	1.232	293	1.301	359
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	647.383	1.041.903	647.449	1.041.939
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	282.898	393.856	282.898	393.856
Carteira Própria	239.666	243.564	239.666	243.564
Vinculados a Compromissos de Recuperação	3.344	113.904	3.344	113.904
Vinculados ao Banco Central	39.888	36.194	39.888	36.194
Vinculados à Prestação de Garantias	-	194	-	194
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	17.618	16.949	17.618	16.949
Cédulas Vinculadas	17.618	16.949	17.618	16.949
- Tesouro Nacional – Recursos do Crédito Rural	57	-	57	-
- SFH – Sistema Financeiro da Habitação	17.561	16.949	17.561	16.949
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	219.875	520.330	219.875	520.330
Operações de Crédito	223.709	531.868	223.709	531.868
- Setor Privado	223.709	531.868	223.709	531.868
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.834)	(11.538)	(3.834)	(11.538)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	126.234	110.748	126.290	110.804
Diversos	126.234	110.780	126.290	110.816
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(12)	-	(12)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	768	-	768	-
Dados Valores e Bens	1.360	-	1.372	-
Provisões para Desvalorizações	(1.079)	-	(1.092)	-
Despesas Antecipadas	687	-	687	-
PERMANENTE	81.854	63.880	100.908	78.119
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	1.297	1.102	6	6
Dados Investimentos	1.745	1.558	454	462
Provisões para Perdas	(448)	(456)	(448)	(456)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	62.497	48.584	82.674	63.815
Imóveis de Uso	31.624	62.540	36.927	78.061
Dados Imobilizações de Uso	85.860	33.385	108.886	39.114
Depreciações Acumuladas	(54.187)	(47.281)	(83.239)	(53.364)
INTANGÍVEL (NOTA 13)	18.160	14.194	18.228	14.290
Ativos Intangíveis	28.532	28.596	31.467	23.532
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(18.372)	(6.402)	(13.239)	(9.214)
TOTAL	2.945.246	2.744.703	3.065.244	2.769.760

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

	Balanco Patrimonial - Em Reais mil			
	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
PASSIVO				
CIRCULANTE	1.813.923	1.663.640	1.833.347	1.679.028
DEPÓSITOS (NOTA 14)	1.663.443	1.488.097	1.663.248	1.486.273
Depósitos à Vista	537.484	473.115	537.289	471.291
Depósitos de Provisão	757.409	645.666	757.409	645.666
Depósitos Interfinanceiros	80.639	66.566	80.639	66.566
Depósitos a Prazo	287.911	312.750	287.911	312.750
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	23.942	33.817	23.942	33.817
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	23.942	33.017	23.942	33.017
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.919	1.752	1.919	1.752
Recursos em Trânsito de Bancos	1.919	1.752	1.919	1.752
OBRIGAÇÕES POR REFISSOS DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	20.821	21.829	20.821	21.829
BANDES	867	836	867	836
FINANCE	5.806	5.580	5.806	5.580
Outras Instituições	14.948	14.613	14.948	14.613
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	169.798	109.745	128.417	117.957
Coatização e Arrecadação de Tributos e Azeite	19.886	22.759	19.886	22.759
Sociais e Estatutárias	473	15.774	473	15.774
Fiscais e Previdenciárias	41.228	36.418	59.281	41.027
Negociação e Intermediação de Valores	1	35	1	35
Diversas	43.809	34.759	53.576	38.362
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	899.446	880.888	905.390	874.297
DEPÓSITOS (NOTA 14)	687.772	576.942	681.928	552.753
Depósitos a Prazo	647.772	576.942	641.928	552.753
CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	3.318	113.589	3.318	113.589
Carteira Própria	3.318	113.589	3.318	113.589
OBRIGAÇÕES POR REFISSOS DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	71.346	70.290	71.346	70.290
BANDES	47	1.171	47	1.171
FINANCE	19.800	14.828	19.800	14.828
Outras Instituições	52.899	54.299	52.899	54.299
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	131.410	119.979	148.998	137.567
Fiscais e Previdenciárias	15.309	14.669	15.309	14.669
Diversas Subordinadas	94.286	91.134	94.286	91.134
Diversas	21.815	14.176	39.483	31.764
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	111	115	111	115
Resultados de Exercícios Futuros	111	115	111	115
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	28.810	25.270
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)	237.586	290.340	237.586	290.340
Capital	160.000	100.920	160.000	100.920
- De Doadores no País	100.920	100.920	100.920	100.920
- Aumento de Capital	59.880	-	59.880	-
Reservas de Lucros	45.665	63.015	45.665	63.015
Lucros Acumulados	31.921	36.285	31.921	36.285
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.945.246	2.744.703	3.065.244	2.769.760

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2012		2011		2012		2011	
	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Lucro Líquido	30.832	39.761	43.586	43.586	39.832	43.586	39.832	43.586
Lucro Líquido	30.832	39.761	43.586	43.586	39.832	43.586	39.832	43.586
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30.843	(12.829)	32.821	(11.844)	30.843	(12.829)	32.821	(11.844)
Provisão (Reversão) para Créditos Vinculados FCV's	19.325	(3.960)	19.325	(3.960)	19.325	(3.960)	19.325	(3.960)
Depreciação e Amortização	3.419	(1.590)	240	(1.590)	3.419	(1.590)	240	(1.590)
Ajuda de Provisão para Outros Trabalhadores, Cíveis e Fiscais	5.311	(5.781)	5.311	(5.781)	5.311	(5.781)	5.311	(5.781)
Ajuda Fiscal Diferida	(1.890)	(1.272)	(1.890)	(1.272)	(1.890)	(1.272)	(1.890)	(1.272)
Partida do Capital	1.023	196	1.023	196	1.023	196	1.023	196
Reversão de Outros Provisões Operacionais	(60)	(170)	(60)	(170)	(60)	(170)	(60)	(170)
Resultado da Participação em controladas	(220)	(179)	-	-	(220)	(179)	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio Pago	(6.015)	(5.295)	(6.015)	(5.295)	(6.015)	(5.295)	(6.015)	(5.295)
Varição nos Resultados de Exercícios Futuros	75	109	75	109	75	109	75	109
Varição de Ativos e Obrigações	193.384	28.118	193.387	28.118	193.384	28.118	193.387	28.118
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	14.463	28.657	14.464	28.657	14.463	28.657	14.464	28.657
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.645	15.940	2.645	15.940	2.645	15.940	2.645	15.940
(Aumento) Redução em Res. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	49.361	34.641	49.101	34.641	49.361	34.641	49.101	34.641
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(96.192)	(90.296)	(96.192)	(90.296)	(96.192)	(90.296)	(96.192)	(90.296)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(2.215)	102	(2.222)	102	(2.215)	102	(2.222)	102
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(19.380)	(10.867)	(19.380)	(10.867)	(19.380)	(10.867)	(19.380)	(10.867)
(Aumento) Redução em Depósitos	129.045	32.416	129.713	32.416	129.045	32.416	129.713	32.416
(Aumento) Redução em Contas e Depósitos	135	50.148	135	50.148	135	50.148	135	50.148
(Aumento) Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.241	1.580	1.241	1.580	1.241	1.580	1.241	1.580
(Aumento) Redução em Outras Obrigações	10.644	41.208	10.644	41.208	10.644	41.208	10.644	41.208
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	166.890	59.471	166.890	59.471	166.890	59.471	166.890	59.471
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO								
Aquisição de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	-	(25)	-	(25)	-	(25)	-	(25)
Aquisição de Imóvel de Uso Próprio	(6.340)	(10.945)	(6.332)	(11.132)	(6.340)	(10.945)	(6.332)	(11.132)
Aquisição de Imóvel de Uso Próprio	(3.776)	(794)	(3.776)	(794)	(3.776)	(794)	(3.776)	(794)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.127)	(11.746)	(12.127)	(11,746)	(12,127)	(11,746)	(12,127)	(11,746)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Varição da Participação de não controladas	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intermediários Pagos	(24.912)	(16.599)	(24.912)	(16,599)	(24,912)	(16,599)	(24,912)	(16,599)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(24.912)	(16.599)	(24.912)	(16,599)	(24,912)	(16,599)	(24,912)	(16,599)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	129.848	32.667	129.848	32,667	129,848	32,667	129,848	32,667
Caixa e equivalente de caixa no início do período	191.133	148.233	191.133	148,233	191,133	148,233	191,133	148,233
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	319.225	179.840	319.225	179,840	319,225	179,840	319,225	179,840

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2012		2011		2012		2011	
	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	1º Semestre	
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receita da intermediação financeira	238.733	229.381	232.064	229.381	238.733	229.381	232.064	229.381
Despesa da intermediação financeira	(79.397)	(66.661)	(79.071)	(66.661)	(79.397)	(66.661)	(79.071)	(66.661)
Outras receitas/despesas operacionais	(159)	519	27.244	25.802	(159)	519	27.244	25.802
Resultado não operacional	(1.261)	(123)	97	(2.085)	(1.261)	(123)	97	(2.085)
Receita da prestação de serviços	33.747	44.735	60.056	55.886	33.747	44.735	60.056	55.886
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(38.061)	(27.109)	(53.535)	(40.214)	(38.061)	(27.109)	(53.535)	(40.214)
Valor Adicionado Bruto	153.225	148.722	187.079	171.570	153,225	148,722	187,079	171,570
Retenções	(5.481)	(5.028)	(7.125)	(6.386)	(5,481)	(5,028)	(7,125)	(6,386)
Amortização	(2.060)	(1.786)	(2.531)	(2.711)	(2.060)	(1.786)	(2.531)	(2.711)
Depreciação	(3.421)	(3.239)	(4.594)	(3.675)	(3.421)	(3.239)	(4.594)	(3.675)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	147.744	143.694	179.954	165.184	147,744	143,694	179,954	165,184
Valor Adicionado Recebido em Transferência	224	178	-	-	224	178	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	224	178	-	-	224	178	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	147.968	143.872	179.954	165.184	147,968	143,872	179,954	165,184
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governo	44.736	39.216	56.970	46.879	44,736	39,216	56,970	46,879
Despesas Tributárias	10.458	8.357	14.670	11.836	10.458	8.357	14.670	11.836
Imposto de renda e contribuição social	34.278	30.859	42.300	35.043	34.278	30.859	42.300	35.043
Empregados	62.314	60.008	73.877	67.932	62,314	60,008	73,877	67,932
Salários e honorários	36.920	35.967	43.781	40.120	36.920	35.967	43.781	40.120
Encargos sociais	12.173	11.509	14.833	13.227	12.173	11.509	14.833	13.227
Previdência privada	1.861	1.850	1.896	1.899	1.861	1.850	1.896	1.899
Benefícios e Incentivos	6.219	6.804	8.535	7.257	6.219	6.804	8.535	7.257
Participação nos resultados	5.142	5.878	5.142	5.878	5.142	5.878	5.142	5.878
Aluguéis	961	944	1.352	1.176	961	944	1,352	1,176
Taxas e Contribuições	5	114	3.403	1.231	5	114	3,403	1,231
Acionistas	6.014	5.205	6.014	5.205	6,014	5,205	6,014	5,205
Juros sobre o capital próprio	6.014	5.205	6.014	5.205	6.014	5.205	6.014	5.205
Participação não Controladores	-	-	4.596	4.379	-	-	4,596	4,379
Lucro Retido	33.918	38.385	33.918	38.385	33,918	38,385	33,918	38,385

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. (BANESE) é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo oferecendo produtos e serviços bancários, por meio das carteiras comercial e desenvolvimento e crédito imobiliário e possui 61 agências no Estado de Sergipe. Como fonte de financiamento de suas operações, o BANESE utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O BANESE atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta do Estado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

No período de 2008 a 2011, o CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012);
- CPC 23 - Provisões contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012);
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS NA CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do BANESE - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de suas controladas SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. e Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda., conforme Resolução BACEN nº 2.723/2000 alterada pela Resolução BACEN nº 2.743/2000.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Para melhor entendimento das informações financeiras consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e 2011 das empresas controladas do BANESE:

	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda		Banese Adm. e Corretora de Seguros Ltda		Eliminações	Banese Consolidado			
	2012		2011			2012		2011	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011		30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Ativo circulante	2.215.919	42.622	5.144	1.112	(6.798)	2.256.887	1.649.702		
Disponibilidades	73.158	91	112	(195)	73.166	33.402			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	286.895	3.839	2.005	(5.844)	286.895	167.433			
Títulos e valores mobiliários	305.734	-	-	-	305.734	355.867			
Relações interfinanceiras	277.947	-	-	-	277.947	276.882			
Operações de crédito	1.254.746	-	-	-	1.254.746	763.212			
Outros créditos	15.146	38.624	3.027	(760)	16.397	32.130			
Outros valores e bens	2.293	69	-	-	2.362	776			
Não circulante-Realizável a longo prazo	647.393	56	-	-	647.449	1.041.399			
Títulos e valores mobiliários	282.898	-	-	-	282.898	393.856			
Relações interfinanceiras	17.618	-	-	-	17.618	16.949			
Operações de crédito	219.875	-	-	-	219.875	520.330			
Outros créditos	126.234	56	-	-	126.290	110.804			
Outros valores e bens	768	-	-	-	768	-			
Ativo permanente	81.954	20.011	257	(1.314)	100.908	78.119			
Total do ativo	2.945.266	62.690	5.401	(8.113)	3.005.244	2.769.760			
Passivo Circulante	1.813.923	19.283	1.096	(955)	1.833.347	1.670.228			
Depósitos	1.663.443	-	-	(195)	1.663.248	1.496.273			
Relações interfinanceiras	23.942	-	-	-	23.942	33.017			
Relações interdependências	19.819	-	-	-	19.819	17.552			

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a. COMPOSIÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Adiantamentos a depositantes	305	538
Empréstimos	1.196.636	1.092.575
Títulos descontados	2.731	2.459
Financiamentos	67.072	64.953
Financiamentos rurais e agroindustriais	68.890	70.845
Financiamentos imobiliários	178.530	91.904
Total de Operações de Crédito	1.514.164	1.323.274
Ativo circulante	1.290.455	791.406
Ativo realizável a longo prazo	223.709	531.868
Devedores por compra de valores e bens	-	12
Títulos e créditos a receber (*)	-	2.629
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	-	2.641
Total da Carteira de Crédito	1.514.164	1.325.915

(*) Incluso valor da conta "Títulos e Créditos a Receber" (Nota 9)

b. OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR NÍVEIS DE RISCO

Nível de Risco	Banese Múltiplo e Consolidado					
	30.06.2012		30.06.2011		Valor da Provisão	
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso
AA	372.647	-	372.647	-	293.952	-
A	638.073	-	638.073	3.190	590.724	2.954
B	374.269	7.282	381.551	3.831	321.526	3.319
C	50.053	7.934	58.000	1.806	41.844	7.838
D	12.398	8.189	20.587	2.217	10.748	4.923
E	6.312	2.526	8.838	2.974	7.474	2.705
F	426	1.430	1.856	1.341	259	1.389
G	776	1.677	2.453	1.088	1.582	987
H	3.313	8.591	11.904	21.269	3.078	8.046
Provisão Adicional (2)	-	-	-	-	-	5.000
Total	1.458.267	37.629	1.495.896	39.543	1.270.693	34.722

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.
(2) Provisão adicional para cobertura de possíveis perdas de créditos.

c. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA CLASSIFICADA

Nível de Risco	Banese Múltiplo e Consolidado 30.06.2012					Valor da Provisão
	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	
AA	372.647	372.647	-	-	-	-
A	638.073	471.323	27.836	27.739	111.175	3.190
B	383.052	250.071	31.862	35.793	65.326	3.831
C	60.198	51.810	6.944	1.444	-	1.806
D	22.165	21.451	-	714	-	2.217
E	9.914	9.003	430	481	-	2.974
F	2.682	2.490	-	192	-	1.341
G	4.164	3.861	-	303	-	2.915
H	21.269	17.015	-	2.224	2.030	21.269
Total	1.514.164	1.199.671	67.072	68.890	178.531	39.543

Nível de Risco	Banese Múltiplo e Consolidado 30.06.2011					Valor da Provisão (*)
	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	
AA	372.647	372.647	-	-	-	-
A	638.073	471.323	27.836	27.739	111.175	3.190
B	383.052	250.071	31.862	35.793	65.326	3.831
C	60.198	51.810	6.944	1.444	-	1.806
D	22.165	21.451	-	714	-	2.217
E	9.914	9.003	430	481	-	2.974
F	2.682	2.490	-	192	-	1.341
G	4.164	3.861	-	303	-	2.915
H	21.269	17.015	-	2.224	2.030	21.269
Total	1.325.915	1.095.572	64.953	70.845	91.904	2.641

(*) No total da provisão está incluída a valor da provisão para outros créditos.

d. POR FAIXA DE VENCIMENTO E NÍVEL DE RISCO

Vencimento	Banese Múltiplo e Consolidado 30.06.2012									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vencidas	-	-	1.501	2.211	1.578	1.076	826	1.711	9.365	18.268
Até 30 dias	11.728	44.073	21.484	3.628	1.153	288	175	259	1.267	84.055
de 31 a 60 dias	8.888	234.004	12.823	1.990	619	146	110	134	849	259.563
de 61 a 90 dias	8.194	14.746	13.731	1.486	563	919	89	106	514	40.348
de 91 a 180 dias	56.206	84.780	69.982	8.960	1.785	529	258	571	1.542	224.613
de 181 a 360 dias	30.063	40.659	55.609	9.682	2.891	757	374	479	2.019	162.544
Acima de 360 dias	237.568	219.801	208.175	32.241	13.576	6.199	850	904	5.713	725.027
Total Geral	372.647	638.073	383.305	60.198	22.165	9.914	2.682	4.164	21.269	1.514.164

Total Geral	Banese Múltiplo e Consolidado 30.06.2011									
	293.952	590.724	331.936	53.904	19.158	12.821	2.436	3.657	17.327	1.325.915

e. CARTEIRA VENCIDA A PARTIR DE 15 DIAS

Atividade Econômica	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Rural	1.577	4.851
Indústria	1.547	679
Comércio	2.846	3.670
Outros serviços	4.186	6.334
Pessoas físicas	7.709	5.360
Habituação	403	28
Total	18.268	20.922

f. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Descrição	Banese Múltiplo e Consolidado			
	30.06.2012	30.06.2011		
Pessoas físicas	970.101	64,0%	743.905	56,1%
Pessoas jurídicas	193.141	12,7%	198.317	14,9%
Indústria	39.906	3,9%	44.492	3,3%
Comércio	133.235	8,8%	153.825	11,6%
Rural	68.890	4,5%	70.845	5,3%
Habituação	103.880	6,8%	91.904	6,9%
Outros serviços	178.152	11,7%	220.944	16,6%
Total	1.514.164	100,0%	1.325.915	100,0%

g. CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	30.06.2012		30.06.2011		Provisão	
10 maiores devedores	161.896	10,69%	1.544	123.565	9,32%	1.217
11 a 50 maiores devedores	173.830	11,48%	6.052	168.025	12,67%	3.982
51 a 100 maiores devedores	66.222	4,37%	3.018	64.545	4,87%	4.379
Demais clientes	1.121.216	73,46%	28.299	969.780	73,14%	25.179
Provisão Adicional	-	-	-	-	-	5.000
Total	1.514.164	100,0%	39.543	1.325.915	100,0%	39.757

(1) O saldo do maior devedor é de R\$ 25.800 que representa 1,70% do total de operações de crédito.

h. MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Saldo inicial da provisão	38.337	35.793
(+) Constituição de provisão líquida no período	16.325	13.638
(-) Baixas de operações de crédito no período	(15.119)	(9.699)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	39.543	39.732
(+) Provisão de Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	-	25
Saldo final da provisão	39.543	38.757
Ativo circulante	35.709	28.207
Ativo realizável a longo prazo	3.834	11.550

i. MONTANTE DE OPERAÇÕES RENEGOCIADAS E RECUPERADAS

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Dividas renegociadas	3.104	1.930
Recuperação de créditos	2.404	1.874

j. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011
Empréstimos	191.973	161.682
Títulos descontados	392	366
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.404	1.874
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	8.381	7.344
Financiamentos rurais	4.055	3.662
Outros financiamentos	1.221	1.110
Total	208.426	176.038

9 OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Rendas a receber	2.960	7.390	2.919	4.807
Serviços prestados a receber	2.936	7.368	1.895	4.785
Outras rendas a receber	24	22	24	22
Diversos	138.420	124.822	179.408	138.152
Crédito tributário - diferenças temporárias (Nota 22)	39.224	30.922	39.224	30.922
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9.1)	58.799	41.704	58.854	41.740
Impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	34.764	44.014	45.420	50.945
Adiantamentos e antecipações	2.417	2.185	2.901	2.523
Pagamentos a ressarcir	1.691	2.107	1.693	2.107
Devedores diversos	636	636	636	636
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	889	923	30.680	6.947
Outros valores e bens	-	12	-	12
Títulos e créditos a receber (CCB) (1)	-	2.629	-	2.629
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(25)	-	(25)
Com característica de concessão de crédito	-	(25)	-	(25)
Total	141.380	132.187	182.327	142.934
Ativo circulante	15.146	21.419	56.037	32.130
Ativo realizável a longo prazo	126.234	110.768	126.290	110.804

(1) Operações com característica de crédito vide nota 8.a.

9.1 DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Interposição de recursos previdenciários	21.455	19.973	21.455	19.973
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal	18.701	15.151	18.701	15.151
Interposição de recursos trabalhistas	17.053	5.245	17.108	5.281
Interposição de recursos cíveis	1.590	1.335	1.590	1.335
Total	58.799	41.704	58.854	41.740

9.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2)	8.779	8.779	8.779	8.779
FINSOCIAL (repetição de indébito setembro/89 a março/92) (2)	30.992	30.992	30.992	30.992
Provisão FINSOCIAL (-) (3)	(8.220)	-	(8.220)	-
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS - Decretos (-) (4)	(13.070)	(13.070)	(13.070)	(13.070)
Outros - saldo negativo de CSLL/IRPJ	-	1.030	-	1.030
IRRF	-	-	355	510
IRPJ	-	-	7.350	4.712
CSLL	-	-	2.944	1.705
Outros impostos	-	-	7	4
Total	34.764	44.014	45.420	50.945

(1) COFINS - crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3º, parágrafo 1º, declarada inconstitucional pelo STF.
(2) CSLL, FINSOCIAL e PIS - processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.
(3) Foi provisionado o valor de R\$ 8.220 para o crédito tributário do FINSOCIAL, considerando o atual estágio do processo, e enquanto aguarda recurso sobre o cálculo do perito judicial.
(4) Foi provisionado o total do crédito tributário do PIS, até o cálculo final pelo perito judicial na fase de execução da sentença.

10 OUTROS VALORES E BENS

|--|

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL
O capital social, totalmente integralizado, está representado por 5.270.721 ações ordinárias e 5.270.721 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das ações preferenciais. Em 21.05.2012, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, com parecer favorável dos Conselheiros Fiscal e Administração, do aumento do capital social no valor de R\$ 59.080, com recursos de parte da Reserva Estatutária para Margem Operacional. Não houve emissão de novas ações. O capital social passou de R\$ 100.920 para R\$ 160.000, homologado pelo Banco Central em 09.07.2012.

b. RESERVAS DE LUCROS
O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/1976, terá as seguintes destinações:
b.1 Legal – é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do capital social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- **Reserva estatutária para equalização de dividendos** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social. A Administração efetuou pagamento desses dividendos em abril de 2012.

c. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

c.1 Dividendos - o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social. Conforme facultada a Lei nº 9.249/1995, o Banco optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios.

c.2 Juros sobre o Capital Próprio - conforme facultado pela Lei nº 9.249/1995, a Administração do BANESE provisionou, durante o semestre JCP no montante de R\$ 6.014, JCP reduziu o impacto tributário no semestre em R\$ 2.406 (R\$ 2.082 – 30.06.2011), imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro. Em 29 de junho de 2012 foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 6.014, aprovado pelo Conselho de Administração em 12.06.2012, *ad referendum* AGO de 2013. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, considerando os limites de dedutibilidade.

19 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de serviços prestados a correntistas	16.484	33.533	42.833	44.686
Administração de fundos de investimento	134	143	134	143
Convênios de arrecadação/pagamento	15.598	9.747	15.598	9.747
Cobrança	1.421	1.245	1.421	1.245
Rendas de garantias prestadas	110	67	110	67
Total	33.747	44.735	60.096	55.888

b. DESPESAS DE PESSOAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Salários	(35.370)	(33.958)	(41.700)	(38.498)
Encargos sociais	(5.186)	(5.033)	(7.566)	(6.751)
WSS sobre salários	(8.849)	(8.126)	(8.849)	(8.126)
Remuneração dos Administradores	(848)	(888)	(1.294)	(901)
Benefícios	(5.909)	(5.327)	(8.226)	(6.380)
Treinamento	(308)	(277)	(308)	(277)
Estatagiários	(702)	(721)	(702)	(721)
Total	(57.172)	(54.330)	(68.645)	(62.254)

c. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Processamento de dados	(4.335)	(3.601)	(6.535)	(5.885)
Serviços do sistema financeiro	(2.075)	(1.933)	(2.075)	(1.933)
Depreciações e amortizações	(5.481)	(5.028)	(7.125)	(6.386)
Comunicação	(4.089)	(3.469)	(6.782)	(5.343)
Serviços de vigilância e segurança	(2.700)	(2.685)	(4.084)	(3.615)
Serviços técnicos especializados	(3.883)	(1.276)	(4.390)	(1.676)
Aluguéis	(981)	(944)	(1.352)	(1.176)
Manutenção e conservação de bens	(1.420)	(1.186)	(2.404)	(2.149)
Propaganda e publicidade	(1.948)	(1.169)	(5.590)	(4.464)
Material	(927)	(875)	(1.872)	(1.548)
Serviços de terceiros	(3.574)	(3.373)	(4.761)	(4.145)
Água, energia e gás	(1.786)	(1.332)	(2.040)	(1.598)
Transporte	(2.462)	(2.017)	(3.368)	(2.357)
Promoções e relações públicas	(6.027)	(3.400)	(6.378)	(3.546)
Outras	(2.838)	(1.907)	(6.658)	(3.186)
Total	(44.526)	(33.195)	(65.414)	(49.007)

d. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Contribuição ao Cofins	(8.232)	(7.498)	(10.418)	(9.389)
Contribuição ao PIS - Pasep	(1.348)	(1.230)	(1.812)	(1.633)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(2.091)	(1.087)	(3.351)	(2.191)
Tributos federais	(84)	(82)	(84)	(82)
Tributos estaduais	(2)	(1)	(2)	(1)
Tributos municipais	(63)	(60)	(224)	(132)
Outras	(135)	(123)	(276)	(132)
Total	(11.955)	(10.081)	(16.167)	(13.560)

e. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Recuperação de encargos e despesas	186	828	186	828
Reversão de provisões operacionais	64	15	64	15
Atualização monetária de tributos	69	8	69	8
Outras receitas operacionais	-	-	28.961	25.283
Total	319	851	29.280	26.134

f. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Contribuição ao SFH	(1)	(2)	(1)	(2)
Operações de crédito - descontos concedidos	(361)	(96)	(361)	(96)
Riscos Fiscais	(495)	-	(495)	-
Outras despesas operacionais	-	(234)	(1.000)	(234)
Total	(857)	(332)	(1.857)	(332)

20 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Receitas não operacionais	1.612	1.946	3.205	2.590
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	-	-	-	5
Ganhos de capital	142	80	142	80
Reversão de provisões não operacionais	-	170	-	170
Outras	1.470	1.696	3.063	2.335
Despesas não operacionais	(2.873)	(2.069)	(3.109)	(4.675)
Perdas de capital	(1.162)	(276)	(1.162)	(2.787)
Provisões não operacionais	(1.711)	(1.793)	(1.947)	(1.888)
Total	(1.261)	(123)	96	(2.085)

21 LIMITES OPERACIONAIS - ACORDO DE BASILEIA

a. Acordo de Basileia - As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 3.444/2007 e a Resolução nº 3.490/2007, ambas do Conselho Monetário Nacional, que trata da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) - (Basileia II), cuja vigência deu-se a partir de julho de 2008.

Em conformidade com a regulamentação estabelecida, as instituições financeiras deverão manter o Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores de ponderação de risco, estando alinhado a um índice mínimo de 11% do patrimônio com relação aos ativos ponderados pelo risco.

Em 30 de junho de 2012 o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do Banco do Estado de Sergipe era de 15,46% (19,60% - 30.06.2011), o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 313.015 (R\$ 291.274 – 30.06.2011) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) era de R\$ 222.181 (R\$ 163.438 – 30.06.2011). Apresenta-se, a seguir, o cálculo do patrimônio de referência e patrimônio de referência exigido e do coeficiente de adequação, de acordo com a nova metodologia aplicada pelo Banco Central através das Resoluções nºs 3.444/2007 e 3.490/2007:

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio de referência nível I	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio líquido	237.586	200.140	237.586	200.140
Patrimônio de referência nível II	75.429	91.134	75.429	91.134
Divida subordinada (*)	75.429	91.134	75.429	91.134
Patrimônio de referência - PR (nível I + nível II - Deduções) (a)	313.015	291.274	313.015	291.274
Patrimônio de referência exigido - PRE (b)	222.656	163.438	222.656	163.438
Alocação de capital:				
Risco de crédito	183.654	140.636	183.654	140.636
Risco de mercado	5.375	8.110	5.375	8.110
Risco operacional	33.627	14.692	33.627	14.692
Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira negociação conforme Resolução CMN nº 3.365/2007- parcela RBAN (c)	8.814	4.062	8.814	4.062
Margem de alocação de capital (a - b - c)	81.545	123.775	81.545	123.775
Ativo ponderado pelo risco (d)	2.024.145	1.485.797	2.024.145	1.485.797
Índice de solvabilidade (a / d)	15,46%	19,60%	15,46%	19,60%
Índice de solvabilidade ampliado (a * 11% / b + c)	14,88%	19,13%	14,88%	19,13%
Índice de imobilização	26,18%	21,93%	26,18%	21,93%
Folga de imobilização	74.556	81.760	74.556	81.760

(*) O banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas no valor original de R\$ 88.000, homologadas pelo BACEN como dívida Subordinada e elegível a capital no nível II da Basileia. Esses títulos são utilizados para efeito do cálculo do Patrimônio de Referência (Nota 15).

Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência no primeiro semestre de 2012 é de 26,18% (21,93% - 30.06.2011) estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

Banese Consolidado

	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio de referência nível I	266.395	225.410
Patrimônio líquido	227.983	182.651
Contas de resultado credoras	408.286	373.908
Contas de resultado devedoras	(369.873)	(331.149)
Patrimônio de referência nível II	75.429	91.134
Divida subordinada (*)	75.429	91.134
Patrimônio de referência - PR (nível I + nível II) (a)	341.824	316.544
Patrimônio de referência exigido - PRE (b)	228.123	165.471
Alocação de capital:		
Risco de crédito	189.075	142.627
Risco de mercado	5.375	8.103
Risco operacional	33.673	14.741
Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira negociação conforme Resolução CMN nº 3.365/2007- parcela RBAN (c)	8.814	3.776
Margem de alocação de capital (a - b - c)	104.887	147.296
Ativo ponderado pelo risco (d)	2.073.845	1.504.282
Índice de solvabilidade (a / d)	16,48%	21,04%
Índice de solvabilidade ampliado (a * 11% / b + c)	15,87%	20,57%
Índice de imobilização	29,52%	24,68%
Folga de imobilização	70.006	80.155

(*) O banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas no valor original de R\$ 88.000, homologadas pelo BACEN como dívida Subordinada e elegível a capital no nível II da Basileia. Esses títulos são utilizados para efeito do cálculo do Patrimônio de Referência (Nota 15).

Índice de Imobilização Banese Consolidado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência no primeiro semestre de 2012 é de 29,52% (24,68% - 30.06.2011) estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa. A despesa de imposto de renda registrada no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 21.259 e a de contribuição social foi de R\$ 13.019, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a. DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Resultado antes da tributação e participações	77.855	78.403	90.383	87.142	77.855	78.403	90.383	87.142
Participações estatutárias	(5.142)	(5.678)	(5.142)	(5.678)	(5.142)	(5.678)	(5.142)	(5.678)
Juros sobre o capital próprio	(6.014)	(5.205)	(6.014)	(5.205)	(6.014)	(5.205)	(6.014)	(5.205)
Adições líquidas de caráter permanente	12.701	7.646	16.837	9.682	12.701	7.646	16.837	9.682
Adições líquidas de caráter temporário	7.392	2.129	10.888	2.121	7.392	2.129	10.888	2.121
Lucro tributável antes das compensações	86.792	77.295	106.952	88.062	86.792	77.295	106.728	88.062
Alíquotas	15%	15%	-	-	15%	15%	-	-
Valores devidos pela alíquota normal	(13.019)	(11.594)	(16.043)	(13.209)	(13.019)	(11.594)	(16.025)	(13.111)
Adicional de imposto de renda (10%)	(8.667)	(7.719)	(10.659)	(8.771)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	427	48	427	48	-	-	-	-
Tributos devidos	(21.259)	(19.265)	(26.275)	(21.932)	(13.019)	(11.594)	(16.025)	(13.111)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	936	1.078	936	1.078	561	646	561	646
Valor registrado efetivamente no resultado	(20.323)	(18.187)	(25.339)	(20.854)	(12.458)	(10.948)	(15.464)	(12.465)
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	26,10%	23,20%	28,04%	23,99%	16,00%	13,96%	17,11%	14,30%

b. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Lei nº 9.430/1996, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. As provisões para créditos são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/1999. Dessa forma, a parcela de provisão constituída pelas

Banese Múltiplo

	30.06.2012	30.06.2011
Títulos de renda fixa	375.368	298.701
Investimentos estruturados	18.722	12.819
Títulos de renda variável	53.236	52.490
Imóveis	21.111	8.246
Empréstimos	7.614	8.766

Valor justo dos ativos do plano **476.051** **381.022**
 A taxa real de rendimento esperada dos ativos do plano é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. O superávit do plano é demonstrado a seguir:

Banese Múltiplo

	30.06.2012	30.06.2011
Valor presente da obrigação	(423.903)	(373.044)
Valor justo dos ativos do plano	476.051	381.022

Superávit do plano **52.148** **7.978**

O superávit demonstrado acima reflete a posição do plano SERGUS conforme as premissas e metodologias de cálculo para fins de reconhecimento contábil de efeitos de benefícios a empregados (Deliberação CVM nº 600/2009) posição 30.06.2012. A empresa de Consultoria Atuarial Independente quantificou para esta data ganhos atuariais de R\$ 47,9 milhões, dos quais a parcela de R\$ 43,4 milhões é justificada pela mudança de critério para valoração dos ativos garantidores do plano BD do SERGUS que na categoria, "valor justo dos ativos", implicaram no resultado atuarial de R\$ 52,15 milhões, valor este que não pode ser reconhecido pela patrocinadora BANESE pelas limitações impostas pelo artigo 58b da precitada instrução CPC 33.

Registre-se que o valor dos ativos garantidores são contabilizados no balancete do SERGUS, na categoria "títulos mantidos até o vencimento", em conformidade ao expresso no artigo 1º da Resolução CGPC 04/2002.

O montante das contribuições do BANESE no período totalizou R\$ 1.861 (30.06.2011 – R\$ 1.650), e foi imputado às despesas operacionais.

A estimativa das contribuições a pagar ao plano durante o exercício, após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis é de R\$ 1.861.

f. PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICO

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde para seus funcionários, com um percentual de 4% da folha de pagamento, e para o Plano Odontológico com 50% da contribuição do associado, os quais são destinados aos funcionários ativos, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 3.750/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do BANESE Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2012	30.06.2011	30.06.2012	30.06.2011
Empresas consolidadas				
Depósitos à vista (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(83)	(1.2223)	-	-
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	(112)	(601)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(3.839)	(21.478)	(227)	(1.345)
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	(2.004)	(2.711)	(99)	(134)
Outras obrigações (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(652)	(1.889)	-	-
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	(108)	-	-	-
Outras despesas operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(2.466)	(14.935)
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	-	-	(940)	-
Despesas não operacionais (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(6.669)	-
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-

Controladores e pessoal chave da administração

	30.06.2012	30.06.2011		
Depósitos à vista				
Controladores e pessoal chave da administração	(83.829)	(18.936)	-	-

	30.06.2012	30.06.2011		
Depósitos à prazo				
Controladores e pessoal chave da administração	(294.188)	(106.859)	(9.854)	(6.692)

(1) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das respectivas operações;

(2) Refere-se a receita de cobrança a qual é cobrada de acordo com o contrato mantidos entre as partes.

Os valores acima referem-se às operações envolvendo o BANESE e suas empresas controladas, e foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

27 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. GARANTIAS CONCEDIDAS

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 30 de junho de 2012 era de R\$ 2.632 (R\$ 6.195 – 30.06.2011).

b. CRÉDITOS CEDIDOS

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação, em 30 de junho de 2012 o montante de R\$ 478 (R\$ 452 – 30.06.2011).

c. FUNDOS DE INVESTIMENTO

O Banese é distribuidor de Fundos de Investimento via sua rede de agências cujo patrimônio em 30 de junho de 2012 era de R\$ 13.322, sendo R\$ 6.083 do Fundo BNY Mellon Banese Strategy FIC FIM e R\$ 19.405 do Fundo BNY Mellon Banese Expert FI Renda Fixa (R\$ 19.050 – 30.06.2011).

28 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria do BANESE autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 06 de agosto de 2012, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco do Estado de Sergipe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco e do consolidado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e do consolidado. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado de Sergipe S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado de Sergipe S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaborados sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos

procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao semestre anterior

As informações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 22 de agosto de 2011, com ressalva relativa a não comparabilidade dos saldos consolidados uma vez que as informações contábeis da controlada Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. não foram incluídas no saldo consolidado de 30 de junho de 2010 e foram apresentados no consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2011.

São Paulo, 10 de agosto de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/0-6"5"-SE

Flávio Serpejante Peppe
 Contador CRC- SP 172.167/0-6"5"-SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciaram e aprovaram o Balancete de Junho 2012, as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, parte integrante deste parecer do Conselho Fiscal. Com base nesta análise, concluíram que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial desta Instituição.

Araçaju (SE), 13 de agosto de 2012

FERNANDO MONTEIRO MARCELINO
 Conselheiro

ADINELSON ALVES DA SILVA
 Conselheiro

FERNANDO AKIRA OTA
 Conselheiro

FELIPE RODRIGUES CHAID
 Conselheiro

MOACIR JOAQUIM DE SANTANA JÚNIOR
 Conselheiro

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Secretaria da Fazenda
 Banco do Estado de Sergipe S/A

DIRETORIA EXECUTIVA

Vera Lúcia de Oliveira
 Presidente

Hércules Silva Daltro
 Carlos Alberto Tavares Ferreira
 Edson Freire Caetano
 Maria Avilete Ramalho
 Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Andrade Vieira da Silva
 Presidente
 Vera Lúcia de Oliveira
 Vice-Presidente

José de Oliveira Júnior
 Jorge Santana de Oliveira
 Maria Lúcia de Oliveira Falcón
 Pedro Marcos Lopes
 Moacir Rezende
 Conselheiros

CONSELHO FISCAL
 Fernando Monteiro Marcelino
 Adinelson Alves da Silva
 Fernando Akira Ota
 Moacir Joaquim de Santana Júnior
 Felipe Rodrigues Chaid
 Conselheiros

José Anderson Santos de Jesus
 Contador - CRC-SE - 4.458/0-7